

PAUTA PRIORITÁRIA **CNM**

CÂMARA DOS DEPUTADOS - Conselho Político – Outubro de 2021

PROPOSIÇÃO	TEMA	TRAMITAÇÃO	RELATOR
Encargo Vinculado ao Repasse PEC 122/2015	Originário da Comissão do Pacto no Senado, a PEC visa proibir a imposição e a transferência, por lei, de qualquer encargo financeiro aos municípios.	Comissão Especial	Dep. Silvio Costa Republicanos /PE
Piso do Magistério	A proposta surge da necessidade de atualização da lei do piso em função do novo Fundeb. Dentre outros pontos, a matéria altera o critério de atualização anual para o INPC.	Plenário	Não definido
Mínimo Educação em 2020 PEC 13/2021	Elaborada pela CNM, a PEC retira as penalidades para os Municípios que não atingiram os 25% da Educação em 2020. A CNM trabalha para que a Câmara aprove o texto do Senado e crie PEC paralela excetuando a observação da subvinculação dos 70% dos profissionais para o ano de 2021.	Não distribuída	Não definido
Regulamentação do Fundeb PL 3339/2021	Autoria do Deputado Gastão Vieira - Pros/MA, construído com a CNM, o projeto visa estender as regras de transição do Novo Fundeb, permitindo um período maior para o aprofundamento dos estudos que irão fundamentar os critérios permanentes, bem como flexibilizar as instituições financeiras.	Plenário	Não definido
Parcelamento Previdenciário PEC 23/2021	Após articulação da CNM, o relatório da comissão especial incorporou o parcelamento especial dos débitos previdenciários dos Municípios em 240 parcelas.	Plenário	Deputado Hugo Motta
APP em áreas urbanas PL 2510/2019	Autoria do Deputado Peninha - MDB/SC, o projeto trata das faixas edificáveis nas margens em cursos d'água, autoriza que as delimitações sejam estabelecidas no plano diretor Municipal e em lei Municipal de uso do solo.	Plenário	Dep. Darci de Mattos - PSD/SC
Parcelamento do PASEP PL 4852/2016	Autoria do Senador Lasier Martins - Podemos/RS, estabelece o parcelamento do PASEP em 240 meses.	CFT	Não definido
OS fora do limite de pessoal PDL 290/2019	Autoria do Deputado Domingos Neto PSD/CE, projeto susta a Portaria nº 389/2018 da STN, para manter as despesas com as organizações sociais fora do limite de pessoal da LRF.	CCJC	Relator Dep. Gilson Marques – NOVO/SC